

## COMBUSTÍVEIS

## Mendonça cobra explicações

Ministro do STF quer justificativa da Petrobras sobre reajuste. Em derrota para estados, magistrado determina alíquota uniforme de ICMS

» LUANA PATRIOLINO

O ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal (STF), se juntou à pressão feita por governo e Congresso sobre a Petrobras e cobrou explicações da empresa sobre o aumento no preço dos combustíveis. O magistrado fixou um prazo de cinco dias para a estatal esclarecer quais foram os critérios adotados nos reajustes dos últimos 60 meses.

Mendonça ainda cobrou a conciliação entre a livre iniciativa e a função social da Petrobras, determinada pela Lei das Estatais. Na avaliação do ministro, a empresa deve-se atentar para a Constituição e as leis que regem a atividade, o que também incluem os princípios da transparência e o interesse coletivo.

“No tocante à Constituição, a empresa deve atentar, dentre outros, para o princípio da transparência; para os princípios gerais da atividade econômica, cuja sistemática busca conciliar a livre iniciativa com a função social da propriedade e a defesa do consumidor; bem como para o atendimento aos imperativos da segurança nacional, ao relevante interesse coletivo e sua função social”, frisou.

Segundo o ministro, a empresa deve apresentar “minuciosas informações” sobre a política de preços, mediante o envio de cópia de toda a documentação, como relatórios, atas, gravações em áudio ou vídeo de deliberações, para justificar o que subsidiou suas decisões de reajuste pelo acionista controlador, o Conselho de Administração, a diretoria e/ou a assembleia-geral.

Na mesma decisão monocrática, Mendonça também solicitou à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) e ao Conselho Administrativo de

Defesa Econômica (Cade) a prestação de explicações sobre as medidas adotadas, dentro de suas competências legais, sobre a política de preços praticada e a atuação da Petrobras.

O Cade também deverá apresentar informações a respeito de eventuais procedimentos abertos, seus respectivos objetos e o prazo estimado para conclusão.

## Mudança no ICMS

Na mesma determinação, Mendonça suspendeu a eficácia do convênio assinado pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), em março deste ano, e decidiu que as alíquotas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) incidente nos combustíveis devem ser **uniformes** em todo o território nacional.

A uniformização deve ocorrer a partir de 1º de julho e valerá para as alíquotas do ICMS cobradas sobre gasolina, etanol, diesel, biodiesel e gás.

O economista Vinicius do Carmo explicou que dificilmente a uniformização do ICMS vai diminuir o valor nas bombas, mas pode contribuir para reduzir a diferença no preço entre os estados. “O efeito é bem limitado, porque a composição de custos e despesas é muito mais afetada pela disparidade entre dólar e real do que pelo diferencial de alíquotas entre estados”, ressaltou.

Na avaliação do especialista, o governo não atuou com empenho para controlar os reajustes. “Se ele fosse realmente contra o aumento de preço, os diretores que foram indicados teriam votado contra”, destacou. “Mas, agora, tem ministro, presidente da Câmara e até o presidente da República tratando a Petrobras como sucursal de um estado paralelo”, criticou.

Nelson Jr./SCO/STF



Mendonça deu prazo de cinco dias para estatal listar os critérios adotados para a política de preços estabelecida nos últimos 60 meses

## Estados reagem à decisão do ministro

Os estados vão recorrer da decisão tomada pelo ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal (STF), de que as alíquotas do ICMS dos combustíveis devem ser uniformes em todo o território nacional. O presidente do Comitê Nacional de Secretários de Fazenda dos Estados e do Distrito Federal (Comsefaz), Décio Padilha, ressaltou que as políticas estaduais de educação, saúde e segurança serão comprometidas, já que, em média, 70% das receitas dos entes federativos têm origem na arrecadação do ICMS.

O presidente do Comsefaz ainda afirmou que a perda de receitas dos estados em 12 meses ultrapassará R\$ 131 bilhões quando somado o impacto da aprovação do projeto de lei que

limita em 17% a alíquota do tributo que incide sobre combustíveis, transportes coletivos, energia elétrica e telecomunicações.

“A arrecadação do ICMS tem vinculação. Do total, 25% vão para a educação, 12% para a saúde e outros 25% para os municípios. Esses impactos vão inviabilizar as políticas públicas dos estados e dos municípios”, disse.

Padilha também declarou que o aumento dos preços dos combustíveis decorre da alta do valor do petróleo, influenciado pela guerra da Ucrânia. Para ele, a solução adequada para esse problema não é reduzir os impostos dos estados, mas criar uma conta de equalização com dividendos da Petrobras.

De acordo com Padilha, o preço do diesel acumula alta de 60%

desde janeiro, diante da política de reajustes da Petrobras. “O importante é tomar caminhos técnicos e sair da guerra de narrativas. O caminho técnico é criar uma solução conjuntural, que é a conta de equalização, e votar a reforma tributária, a PEC 110, que está parada no Senado”, sustentou.

## Governadores

Chefes de executivos estaduais criticaram o aumento de preço dos combustíveis anunciado pela Petrobras. Na avaliação do gestor de Pernambuco, Paulo Câmara (PSB), o reajuste “é mais uma prova de que o projeto eleitoral de Jair Bolsonaro só vai servir para destruir o orçamento dos estados de maneira permanente, em troca de uma

diminuição no preço dos combustíveis que não se sustentará”.

O governador cobrou, ainda, que Bolsonaro determine a redução dos lucros da estatal para baixar o preço dos combustíveis. “Para ele, podem faltar os recursos da saúde, da educação e demais políticas públicas. Só não podem diminuir os lucros da Petrobras e de seus acionistas”, criticou.

O governador de São Paulo, Rodrigo Garcia (PSDB), classificou o reajuste como “deboche”. “Inacreditável! Não adianta todos remarem para um lado, e a Petrobras para outro. Se continuar assim, não haverá resultado no bolso do cidadão. O novo aumento do combustível é um deboche”, escreveu em publicação no Twitter.

## Pedido do Executivo

A decisão do ministro André Mendonça foi tomada na ação que tramita na Corte e discute a regulamentação dos estados sobre o ICMS único para combustíveis. O magistrado atendeu a um pedido do governo após os entes federativos e a União não chegarem a um acordo. A Advocacia-Geral da União (AGU) questionou o convênio do Confaz em uma ação no STF e apontou conflito em relação à Lei, aprovada pelo Congresso, que determina uma cobrança de alíquota única do ICMS sobre gasolina, etanol, diesel e outros combustíveis.

## Presidenciáveis culpam o governo...

» VICTOR CORREIA

Pré-candidatos à Presidência da República criticaram o novo reajuste no preço dos combustíveis anunciado, ontem, pela Petrobras. Os postulantes ao Planalto aproveitaram, ainda, para atacar a gestão do presidente Jair Bolsonaro (PL), que busca a reeleição.

“A gasolina de Bolsonaro, que ele disse que ia baixar, já anunciaram um novo aumento. Ele inventou que a solução é reduzir o ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços), mas tudo o que ele vai fazer é diminuir o dinheiro da educação e da saúde nos estados”, afirmou o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), durante encontro, em Maceió, com artistas e representantes do setor cultural.

Lula também criticou a falta de ações de Bolsonaro para alterar a política de preços da Petrobras. “O (ex-presidente da Petrobras) Pedro Parente, com uma canetada, decidiu que ia estabelecer o PPI, paridade de preço internacional, e o presidente da República diz que não consegue mudar? Que tipo de presidente é esse?”, questionou.

Já o ex-governador do Ceará, Ciro Gomes, pré-candidato pelo PDT, chamou Bolsonaro de “frouxo” e ironizou o pedido do presidente para a abertura de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) para investigar a estatal.

“Bolsonaro está em seus estertores. Acaba de anunciar que pediu a Lira (o presidente da Câmara, Arthur Lira) uma CPI para investigar a diretoria da Petrobras que ele mesmo nomeou”, disparou. “Quem precisa de CPI é ele. Aliás, de impeachment.”

Segundo Ciro, “como não têm inteligência nem coragem para mudar a política de preços da Petrobras, Bolsonaro e sua gangue agora fazem teatrinho de briga e xingamentos”. “Pura demagogia eleitoral e muito desespero. O desespero é total porque eles sabem que um simples reajuste decretado pela empresa derruba os supostos efeitos positivos da redução do ICMS”, enfatizou. “Ou seja: a população será duplamente punida porque terá menos verba para educação e saúde junto com preços altos de gasolina, diesel e gás. Tempestade perfeita.”

Ele classificou o reajuste como “absurdo e escárnio” e que a estatal é “insensível ao sofrimento do povo”.

Pré-candidata do MDB, a senadora Simone Tebet, por sua vez, afirmou que “quem quer resolve”. “Quem não quer joga a culpa nos outros. A Constituição Federal dá saídas, no plural, para diminuir o preço dos combustíveis em situações excepcionais como agora, criando-se crédito extraordinário ou usando os dividendos da União”, sustentou. “Isso, sim, ajudaria a termos combustível a preços compatíveis,

Douglas Magno / AFP



Lula criticou o presidente por não agir na política de preços da estatal

mesmo quando houver escassez internacional. Claro, tudo com transparência, respeito aos contratos e sem corrupção.”

Tebet também defendeu subsídio ao diesel para quem depende dele para trabalhar, como caminhoneiros, e ao gás de cozinha, para quem não tem condições de pagar. A postulante do Planalto destacou, porém, que a solução do problema “passará, no futuro, por ampliar a capacidade de refino nacional”.

O deputado André Janones, pré-candidato do Avante, disse que “os ataques do governo à Petrobras é o primeiro caso de oposição a si mesmo registrado no país”.

“O teatro para atacar a Petrobras, como se o governo não fosse o responsável pela mesma, não cola”, frisou. “Não tem coragem para atuar na política de preços, vende nosso petróleo cru sem impostos, não gera interesse para investimento em refinarias no país e praticamente doa o nosso etanol.”

## ...E a federação de petroleiros, também

» MICHELLE PORTELA

O presidente da Federação Única dos Petroleiros (FUP), Deyvid Bacelar, criticou o novo aumento de preços da gasolina e do diesel, anunciado pela Petrobras, e culpou o presidente Jair Bolsonaro (PL). De acordo com o Conselho de Administração da estatal, o reajuste começa a valer hoje.

“O presidente Jair Bolsonaro debocha dos brasileiros com seu discurso eleitoral contra reajustes de combustíveis, enquanto mantém a política de preço de paridade de importação (PPI), com aumentos baseados no preço internacional do petróleo, variação cambial e custos de importação, mesmo o Brasil sendo autossuficiente em petróleo, com custos em real”, afirmou.

Para Barcelar, o novo aumento do diesel e da gasolina, anunciado na mesma semana em que é aprovado no Congresso Nacional o Projeto de Lei Complementar (PLP 18), que reduz o ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) sobre combustíveis, “é mais um descaso do governo federal com o trabalhador brasileiro, a maior vítima da disparada dos preços dos derivados e descontrolado da inflação”.

O diesel não sofriria reajuste desde 10 de maio, ou seja, há 39 dias, enquanto a gasolina está há 99 dias sem aumento, tendo o último ocorrido em 11 de

## Gestão Bolsonaro\*

**169,1%**  
Elevação do preço da gasolina

**203%**  
Aumento do preço do diesel

**119,1%**  
Reajuste do valor do GLP

\*Dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese/Seção FUP), referentes a valores nas refinarias entre janeiro de 2019 e 17 de junho de 2022

março. “E, agora, a quatro meses das eleições, Bolsonaro se diz contrário às altas dos derivados, as quais deveria ter combatido desde o início de seu governo”, apontou Bacelar.

Segundo dados elaborados pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese/Seção FUP), no governo Bolsonaro, entre janeiro de 2019 e 17 de junho de 2022, o diesel nas refinarias subiu 203%, a gasolina, 169,1% e o GLP 119,1%. Enquanto isso, o salário mínimo aumentou 21,4% no período, destacou a FUP. (Com Agência Estado)

**Leia mais**  
sobre os reajustes na página 7